



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS MEMBROS DO SACRO COLÉGIO, DA FAMÍLIA PONTIFÍCIA,
DA CÚRIA E DA PRELATURA ROMANA
PARA A APRESENTAÇÃO DAS BOAS-FESTAS**

Quinta-feira, 22 de dezembro de 1983

Senhores Cardeais

Venerados Irmãos e Colaboradores!

1. Agradeço de todo o coração ao venerado Cardeal Decano a sua saudação de boas-festas, sempre tão nobre e fervorosa, que, como cada ano, me dirigiu em nome de todos vós, nesta vizinhança imediata das festividades natalícias. Se é sempre uma alegria particular receber-vos numa tal circunstância, com a inconfundível característica de serenidade e expectativa que são próprias deste momento forte da vida da Cúria, este ano tal alegria é sem dúvida maior. Celebramos, com efeito, o *Natal ao Ano da Redenção*. Todos nos apercebemos de que a realidade do nascimento de Jesus está profundamente enraizada este ano na realidade do jubileu, iluminando-o com uma luz vivíssima e extraordinária.

Jesus vem salvar-nos. O Filho de Deus mostra-se na humanidade velada da natureza humana, que Ele assumiu para nos redimir. O Verbo faz-se homem para elevar o homem à altura de Deus, para lhe comunicar, com a sua morte, a vida divina. “*Factus ille quod tu, filius hominis* — comenta expressivamente Santo Agostinho —, *ut nos efficeremur filii Dei!... Suscepit a te in quo moreretur pro te; suscepit a te quod offerret pro te*” (*Enarr. in Ps. LXX, II, 10; CCL 39, 968*). A sombra da Cruz redentora projecta-se já sobre o mundo na luz da noite santa. O Redentor nasce para morrer por nós! Eis toda a suavidade, ternura, comoção, que enchem o nosso coração de crentes neste Ano Jubilar, que representa de um modo vivo diante dos nossos olhos, e apresenta à nossa fé, o sacrifício do Amor misericordioso, que inicia o seu misterioso ofertório no seio de Maria e no silêncio da gruta de Belém!

2. No ano passado, nesta mesma ocasião, expus-vos o meu pensamento acerca do significado e das intenções do Jubileu. E, referindo-me ao convite que dirigi no início do meu pontificado, concluía: “Daqui eu grito a toda a Igreja: 'Abri as portas ao Redentor!' ” (AAS 75, 1983, 218).

O convite torna-se ainda mais concreto e realístico neste Natal do Ano Jubilar. Devemos abrir-nos verdadeiramente a Cristo que vem. Que as portas dos corações não permaneçam como as de Belém, friamente, agnosticamente fechadas! O apelo é tanto mais actual quanto não é de modo nenhum imaginário o perigo de que a vinda do Senhor encontre os homens ausentes, impreparados, ou demasiado presos a ilusões, a acontecimentos, à angústia do mundo que passa. Não é imaginário este perigo num mundo que, com frequência, recusa a vida, desafia a paz, permanece indiferente perante o sofrimento dos pequenos, dos que não têm casa, dos refugiados, dos que morrem de fome.

Abri as portas! Repito-o com força indomável, na certeza de que só Cristo traz à humanidade a plenitude das suas expectativas. Que os corações se abram a Cristo que vem: “*Super lignum ostii nostri sacrae redemptionis confessio resplendeat*”, adverte-nos Santo Ambrósio: “resplenda nos batentes da nossa porta a confissão da sagrada redenção!” (Ep. 23, 22). Acolhendo-o, todas as aspirações do coração humano encontram resposta; e só n’Ele teremos plenamente aquela paz “que o mundo não pode dar”, e que todavia deseja com todas as suas forças, porque só com a sua vinda é dada a paz aos homens que Deus ama (cf. Lc. 2, 14).

3. A próxima Festividade do Natal encontra a Igreja empenhada em viver em pleno ritmo, e a todos os níveis, a celebração do Jubileu da Redenção.

Desejo antes de mais apresentar a alegre expressão do meu louvor e do meu agradecimento a todos os venerados irmãos no Episcopado, e a todos os Sacerdotes seus colaboradores, que, acolhendo prontamente o meu anúncio, e compreendendo plenamente o seu espírito, tomaram oportunas iniciativas para que o Jubileu fosse vivido ao nível das Igrejas locais, oferecendo aos fiéis de todo o mundo a possibilidade de aprofundar cada vez mais o mistério da Redenção, e de o viver ao nível existencial, sobretudo mediante os sacramentos da Reconciliação e da Eucaristia. Correspondeu-se deste modo a quanto desejava na mensagem natalícia do ano passado: “Isto favorecerá nos crentes o sentido da universalidade da Igreja, a sua característica ‘católica’; e proporá a todos vós viver mais intimamente a mensagem da Redenção, bem como o empenho de conversão e de renovamento espiritual que ela encerra, e que o Jubileu recorda com um grande poder de sugestão” (AAS 75, 1983, 214).

Eis-nos pois, a nove meses da inauguração do Ano Jubilar, no coração do mesmo. Chegam-nos incessantemente notícias consoladoras das dioceses de todo o mundo.

A Igreja vive o Ano da Redenção. As dioceses estabeleceram um programa pontual, que tem em conta as finalidades do Jubileu; e os fiéis respondem com generosidade e com uma admirável

boa vontade. Realizam-se celebrações penitenciais nas igrejas catedrais, em conhecidos santuários especialmente os marianos, e igualmente nas paróquias para tal designadas, com muito fruto e edificação. Foram programadas várias iniciativas tendo em conta a diversidade de pessoas que nelas tomara parte com grande seriedade e recolhimento. E apraz-me recordar de um modo especial os jovens que mostram ter compreendido bem a realidade do Jubileu e desejar vive-la com um esforço sincero de renovamento e de abertura confiante a Deus e aos irmãos. Por outro lado, os doentes são objecto de uma atenção especial e isto alegra-me e comove-me, bem sabendo o lugar que o seu sofrimento tem no plano da Redenção. E é sobretudo o renascer da prática penitencial, mediante o sacramento da Reconciliação, que indica o modo como a razão profunda do Jubileu foi acolhida no íntimo das consciências, a nível de conversão pessoal, assegurando assim a consecução em profundidade dos objectivos pelos quais ele foi proclamado.

Renovo portanto o meu grande apreço aos meus irmãos no Episcopado e a todo o seu clero.

Além disso, a realidade das peregrinações a Roma, a este centro da fé católica que conserva uma irresistível força de atracção por causa dos “túmulos dos Apóstolos” e das relíquias dos santos, chama-nos continuamente a atenção, e nem é necessário repeti-lo. O afluxo dos “romeiros” é constante, atingiu números excepcionais nos tempos fortes da Quaresma e da Páscoa, como também durante todo o Verão, privilegiando a participação genuinamente espiritual especialmente de pequenos grupos, a nível paroquial, diocesano de organização capilar. É sem dúvida um progresso em profundidade um crescimento no amadurecimento espiritual. Por tudo isto, agradeço em primeiro lugar ao Senhor, e a todos aqueles que, com notáveis esforços sob o aspecto organizativo, tornaram e tornam possível, com pontualidade e abnegação, uma experiência eclesial tão válida.

A celebração simultânea no passado mês de Outubro, da *VI Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos* teve uma excepcional influência na celebração mais consciente e profunda do Ano Santo. Sabemos como o tema do sínodo está em plena consonância com as finalidades do Jubileu. E, de fato, o estudo acerca da "reconciliação e da penitência na missão da Igreja" não pôde deixar de provocar na consciência dos fiéis *um sentido mais vivo do pecado e da esperança dos frutos da redenção*, comunicados através da Igreja com o anúncio público da necessidade de conversão e com o exercício do poder de ligar e desligar no íntimo das consciências.

Ao enviar a todos os Bispos a minha carta de 25 de Janeiro último, que acompanhava o "Instrumentum laboris" preparado para a Assembleia sublinhava: "Na raiz dos males morais que dividem e laceraram a sociedade está o pecado. Toda a vida humana se apresenta assim como uma luta, por vezes dramática, entre o bem e o mal. Somente se se elimina a raiz do mal se pode conseguir uma válida reconciliação. Por isso, a reconciliação pessoal com Deus é ao mesmo tempo a melhor estrada para um renovamento duradouro da sociedade, uma vez que em todo o acto de verdadeira reconciliação com Deus mediante a penitência está intrinsecamente presente, juntamente com a dimensão pessoal, também a dimensão social. Desde a sua preparação que o

Sínodo procura fazer penetrar esta Redenção na acção da Igreja em benefício da sociedade humana. O fervor com que preparará o Sínodo produzirá, portanto, nas Igrejas locais uma reflexão e uma reanimação que coincidem com as finalidades do Ano Santo” (*Insegnamenti*, VI, 1, 1983, p. 210; cf. p. 216).

Por outro lado, na sua mensagem publicada no final da Assembleia, os Padres Sinodais exprimiram-se do seguinte modo: “A Palavra de Deus interpela o género humano acerca da sua dor e da sua esperança; convida-nos a converter-nos e a regressar de novo a Deus. A Palavra proclamada pelo Senhor desde o início do seu ministério de reconciliação dirige-se com particular vigor a todos, crentes e não crentes, especialmente neste Ano Santo: 'Convertei-vos e acreditai no Evangelho' (*Mc.* 1, 15). Esta Palavra exorta-nos à penitência e à conversão do coração, para que peçamos perdão e nos reconciliemos com o Pai. O plano desejado pelo Pai para a nossa sociedade é que vivamos como uma única família, na justiça e na verdade, na liberdade e no amor” (E Civitate Vaticana 1983, pp. 5-6; cf. *L'Osservatore Romano*, 20 de Outubro de 1983).

Faço minha esta exortação, enquanto espero que as conclusões do Sínodo sejam recolhidas num documento apropriado do Magistério ordinário da Igreja. E esta exortação torna-se ainda mais oportuna na proximidade do Natal, no qual o Verbo se faz homem para bater à porta de cada coração e obter uma resposta de amor.

5. Tudo isto torna particularmente significativa a celebração iminente do Natal, do *Natal da Reconciliação*. Ouvimos ecoar na Noite Santa o canto dos Anjos celebrando a glória de Deus nos céus e anunciando a paz aos homens na terra, num canto que reaparecerá em toda a sua força no Aleluia da Vigília pascal, iniciando o caminho de salvação que o Verbo de Deus veio partilhar com os homens para os fazer participar da sua ressurreição. Se, como aqui afirmei ao anunciar o Jubileu, este é “um ano ordinário celebrado de um modo extraordinário”, este Natal deve incluir esta característica extraordinária:

- abrindo o nosso coração ao menino que nasce;
- produzindo frutos *de verdadeira conversão*, tanto a nível pessoal e individual, quando se regressa definitivamente a Deus, mesmo depois de uma amarga experiência de infidelidade e de pecado, como a nível social e comunitário, no qual as faltas dos indivíduos se repercutem em virtude de uma misteriosa lei de comunhão e de co-responsabilidade. Como afirmaram os Bispos na já citada mensagem de conclusão dos trabalhos do Sínodo, “o coração humano encontra-se dividido em si mesmo e ferido pelo pecado; daqui derivam com frequência também a crueldade e a injustiça da nossa sociedade” (*L'Osservatore Romano*, 28 de Outubro de 1983).

O Natal deste Ano Jubilar da Redenção convida todos os homens, e de modo particular os que crêem em Cristo, a tomar consciência da própria responsabilidade em conseguir uma verdadeira conversão, isto é, a paz profunda com Deus, e, como consequência, em contribuir para a

reconciliação na sociedade, para a sincera pacificação entre os homens.

6. Com efeito, encontramos-nos hoje numa situação de dramática divisão, a todos os níveis, que faz reflectir as pessoas mais conscientes acerca do futuro da humanidade.

O homem sente-se interiormente dividido pelas tensões opostas que sente em si mesmo, como afirma a Constituição pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II, com extrema lucidez, ao tratar da condição do homem no mundo contemporâneo (nn. 4-10). Como se põe ali em relevo, o homem “fraco e pecador, com frequência faz aquilo que não quer e não faz aquilo que quer (cf. *Rom. 7, 14 ss.*). Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade” (*ib.* 10).

Esta divisão reflecte-se dolorosamente no ambiente em que o homem vive. Antes de mais na família, que de um modo mais imediato, e de uma forma mais sensível revela o profundo mal-estar do homem. Juntamente com grandes e inegáveis aspectos positivos, que pus em relevo na Exortação Apostólica *Familiaris consortio*, “não faltam sinais — escrevi então — de uma preocupante degradação de alguns valores fundamentais: uma errada concepção teórica e prática da independência dos cônjuges entre si; as graves ambiguidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos; as dificuldades concretas que a família experimenta com frequência na transmissão dos valores; o número crescente dos divórcios; a chaga do aborto; o recurso cada vez mais frequente á esterilização; a instauração de uma verdadeira mentalidade contraceptiva” (n. 6; AAS 74, 1982, 87).

Trata-se de elementos negativos que dizem respeito à mais importante célula vital, no interior da qual se desenvolve o homem, e que demonstram como a crise da pessoa, necessitada de Redenção, se estende em primeiro lugar à família, a qual tem também necessidade da recomposição da ordem desejada por Deus, se quiser reencontrar a própria identidade de vida e a própria função de plasmar as consciências.

7. O mal-estar do homem dividido, estende-se também a toda a sociedade. Existem no mundo de hoje – e vem cada dia tragicamente confirmadas – situações que atentam contra a mensagem da reconciliação e da conversão, que a Igreja proclama em nome de Cristo. A guerra ameaça existência da sociedade, dilacerada por perigosos egoísmos, e exposta a contínuos desafios. As Nações, apesar dos grandes esforços dos Organismos internacionais, parecem cada vez mais divididas, e as suas relações são baseadas em jogos de equilíbrio frequentemente frágeis e precários.

Uma exaltação da liberdade que prescinde de toda a norma moral ameaça aniquilar o homem na sua maravilhosa riqueza espiritual e nas suas energias, de que depende o futuro de toda a humanidade. Por outro lado, a limitação em muitas partes do mundo das liberdades fundamentais indicadas na Declaração sobre os direitos do homem e em documentos internacionais que se lhe

seguiram até hoje, parece pretender sufocar no homem o irreprimível desejo da sua dignidade originária e fundamental, que tem impressa em si mesma o sinal imortal da imagem de Deus.

Repercutem-se no mundo inteiro as dilacerações do homem, e criam-se situações intoleráveis de opressão e de crise. O pecado pessoal adquire dimensões planetárias. Eis a razão pela qual existe a necessidade urgente de uma pacificação que parta da verdadeira conversão interior das pessoas, individualmente, para chegar à esfera mais ampla da vida social e política.

8. A Igreja, com toda a humildade, mas também com franqueza total, que nasce da plena confiança na ajuda que o Senhor lhe prometeu, está consciente de fazer tudo quanto lhe é possível para que a vida humana se desenvolva segundo a ordem fundamental desejada por Deus.

Antes de mais, na sua vida interna, que deve ser regulada por normas inspiradas pela caridade e numa linha de justiça. É nesta luz que se coloca o acontecimento histórico, verificado neste Ano Jubilar, da promulgação do novo Código de Direito Canónico, 24 anos depois do seu primeiro anúncio feito pelo meu Predecessor João XXIII. Também esta foi, e é, uma obra eclesial, cujo influxo benéfico se deve reconhecer à luz da Encarnação do Verbo. Cristo que se faz homem obedece à vontade do Pai que o enviou (cf. *Heb.* 10, 5-11; *Jo.* 6, 38). Na obediência do Filho ao Pai, que brilha no mistério do Natal, radica a obediência dos filhos no Filho. O complexo das leis da Igreja, revisto agora à luz do Vaticano II, não tem outro objectivo senão “criar uma tal ordem na sociedade eclesial — como está escrito na Constituição Apostólica *Sacrae disciplinae* — que, reconhecendo a preeminência à fé, à graça e aos carismas, torne ao mesmo tempo mais fácil o seu desenvolvimento coordenado na vida, tanto da sociedade eclesial, como também dos indivíduos que a ela pertencem” (29 de Janeiro de 1983, AAS 74, Pars II, 1983, p. XI). Por outras palavras, a lei escrita está ao serviço da graça, da felicidade, proporciona as condições no contexto das quais se possa desenvolver. É a Igreja que assegura a si mesma as condições fundamentais para a vida dos seus filhos.

Em segundo lugar, a Igreja não cessa de oferecer lealmente a sua colaboração também a nível externo, de modo a que se apaguem os focos de divisão e de ódio. Ela anuncia a reconciliação tanto aos indivíduos como aos povos, tanto nas relações das suas várias componentes sociais através de uma frutuosa concórdia civil, como nas relações internacionais em ordem a um efectivo entendimento e a uma verdadeira paz. É uma mensagem que diz respeito a todos, sem excluir ninguém. Tal como quis sublinhar na *Homilia em São Salvador*, em 6 de Março último, o cristão sabe que todos os pecadores podem ser resgatados: *que o rico... pode e deve mudar de atitude*; que quem recorre ao terrorismo pode e deve mudar; que quem conserva rancor e ódio pode e deve libertar-se de uma tal escravidão; que os conflitos podem ser superados; que onde impera a linguagem das armas em luta pode e deve reinar o amor, factor indispensável de paz. E falando na conversão como estrada para a paz, não me refiro a uma paz artificial, que dissimula os problemas e ignora os mecanismos corrompidos que é necessário corrigir. Trata-se de uma

verdadeira paz, fundada na justiça, no reconhecimento integral dos direitos da pessoa humana. Trata-se de uma paz para todos” (*Insegnamenti*, VI, 1, 1983, pp. 603 s.).

A acção da Igreja dirige-se a todos. A Igreja reza para que todos obtenham aquela paz à qual aspira todo o homem no íntimo do seu coração. Foi a esta mesma solicitude universal pela oração que exortei também à imensa multidão que enchia a Esplanada do Santuário de Lourdes, na vigília da Assunção: "Que encontrem lugar na nossa oração aqueles homens e mulheres que em cada parte do mundo sofrem por causa da fome ou de outros flagelos, das devastações da guerra, da emigração, todos aqueles que são vítimas do terrorismo — político ou não — que agride sem escrúpulos os inocentes, com o ódio, as opressões, as injustiças de todo o género; todos os que são raptados, sequestrados, torturados, condenados sem garantias de justiça; todos aqueles que são objecto de intoleráveis atentados à sua dignidade humana e aos seus direitos fundamentais, que encontram, obstáculos à expressão da sua justa liberdade de pensar e de agir, humilhados nas suas legítimas aspirações nacionais. Tudo isto, para que mude a atitude dos responsáveis, e as vítimas recebam conforto e coragem! Pensemos também na miséria moral daqueles que são arrastados pela corrupção de todo o género. Rezemos também por aqueles que encontram graves dificuldades derivadas da sua condição de emigrantes, de desempregados, de doentes, de enfermos, porque todos eles se encontram sós. É Cristo, o Filho do homem que sofre neles” (*L'Osservatore Romano*. Supl., 16-17, Agosto de 1983).

A paz no interior das Nações, a paz nas relações entre os povos: é esta a obra que a Igreja está a realizar, e a colaboração que deseja oferecer a todos os homens de boa vontade, aos Governantes e ao homem da estrada. Trata-se de um tema que não me canso de abordar nos meus encontros com os Chefes de Estado, com os responsáveis pela política internacional, com as multidões durante as minhas viagens, recordando de modo particular as que efectuei à [América Central](#), à [Polónia](#), à [Áustria](#). Também isto faz parte daquela lógica da conversão que neste Jubileu da Redenção deve abranger todas as Nações. Disso depende a sua vida! Disso depende o futuro da humanidade!

9. Vede pois como neste Ano Jubilar surgem e confluem todas as situações em que vive hoje a humanidade, tanto no bem como no mal. Os sofrimentos a que me referi no ano passado por esta ocasião, e que permitem ao homem contemporâneo prolongar e reviver em si mesmo a Paixão de Cristo — *adimpleo ea quae desunt* (*Col. 1, 24*) — agravaram-se desde então: basta pensar no crescente drama que constituem os acontecimentos no Próximo Oriente e na América Central, o terrorismo que continua implacável, os sequestros que mantêm num estado de ansiedade inteiras famílias.

No entanto, estes factos, embora dolorosos, e aos quais me referi muito sumariamente, não podem fazer-nos esquecer todo o bem que existe também no mundo: o empenho na oração e no aprofundamento evangélico da juventude; a fidelidade generosa da maior parte das famílias, mesmo as que se encontram em graves e reais situações de dificuldade; a solidariedade que se

manifesta em favor dos irmãos menos privilegiados pela sorte; a acção missionária da Igreja; a aspiração a um regresso às fontes, especialmente através da Liturgia, que anima tantas pessoas e tantas organizações de apostolado leigo. O Jubileu, que reúne na sua chamada à conversão todos estes aspectos, alegres e tristes, da história do mundo contemporâneo, ilumina-os com uma luz especial, enquadra-os numa justa compreensão, e leva-nos a esperar um futuro melhor como fruto do amadurecimento das consciências à luz do Evangelho de Cristo.

10. Eis a razão pela qual este Natal do Ano Santo deve constituir para todos uma exortação particular. Deve convidar-nos a reflectir mais profundamente sobre a responsabilidade que o Senhor, fazendo-se homem, confia à Igreja para a salvação do homem. Deve encorajar-nos a trabalhar mais a fim de que a sua vinda leve de facto a humanidade a viver segundo o movimento que Ele próprio imprimiu à história do mundo. Depois do nascimento de Cristo tudo mudou: “Ecce nova facio omnia” (*Apoc.* 21, 5). A sua vinda traz consigo um renovamento cósmico, porque, como escreveu São João Crisóstomo, “a Encarnação do Filho de Deus é o compêndio e a raiz de todos os bens” (*In Matth. Hom II 3; PG 57, 27*). ’

Trata-se do *renovamento do homem*: “era necessário para o género humano que Deus se tomasse homem diz São Tomás — para demonstrar a dignidade da natureza humana... Ao fazer-se homem, Deus quer manifestar abertamente o seu amor pelos homens, e levá-los a submeter-se a Deus, não pelo medo da morte... mas por amor de caridade (*Compendium Theologiae*, 201).

Trata-se do *renovamento da família*, a qual encontra em Belém e em Nazaré o exemplo perfeito da própria vida, bem como a inspiração e a força para o heroísmo quotidiano a que é chamada. A recente “Carta da Família” publicada por esta Santa Sé, reafirmou que “a família constitui, mais ainda que um simples núcleo jurídico, social e económico uma comunidade de amor e de solidariedade que é apta de modo único a ensinar e a transmitir valores culturais, éticos, sociais, espirituais e religiosos, essenciais para o desenvolvimento e o bem-estar dos próprios membros e da sociedade” (*Carta dos direitos da família*, 22 de Outubro de 1983, Preâmbulo, E). Este amor e esta solidariedade encontram no Natal o incentivo forte e suave, o ambiente ideal, a justificação suprema.

Trata-se, por fim, do renovamento da sociedade, da proclamação daquela paz que só em Deus encontra a própria realização e defesa, e que falta hoje ao mundo, precisamente porque lhe falta a coragem de se voltar para Deus, autor da paz; porque só a vitória sobre o pecado e sobre os egoísmos pessoais pode trazer consigo a paz.

11. Despontará finalmente urna aurora de paz? E o suspiro que se eleva de toda a humanidade.

A fé diz-nos que isto é possível, na medida em que o mundo souber acolher Cristo que vem, na medida em que os homens fizerem calar as exigências do egoísmo e souberem, renunciando ao prazer irracional e humilhante, dispor-se à conversão do coração.

Confio esta esperança indestrutível à intercessão da Virgem Santa. Ela é o “tipo” da Igreja, particularmente neste tempo de espera, como Virgem que ouve a Palavra de Deus, e como Mãe que oferece ao mundo a Palavra encarnada do Pai. Só Ela pode portanto guiar a Igreja, neste Natal do Ano Jubilar da Redenção, no caminho da verdadeira reconciliação e da paz com Deus e com os irmãos. Com Ela vamos ao encontro do Redentor. E ao aproximar-nos, ano após ano, do grande Jubileu do segundo milénio, podemos já a partir de agora, com Ela e como Ela, realizar em nós as promessas do Redentor, acolher o seu convite à conversão, viver na verdade do seu Evangelho e na força do seu amor.

*Erroris umbras discute
Syrtes dolosas amove,
fluctus tot inter, deviis
tutam reclude semitam.*

Sim, que Maria nos conduza pelo caminho seguro a Cristo Redentor, e nos leve a Ele com o seu amor materno.

Enquanto esperamos este Natal, na suavidade que estes sentimentos suscitam em vós, abençoo-vos a todos, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Bom Natal e um sereno Ano!